RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade
Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Revue Latino-américaine d'Études sur la culture et la société | Latin American Journal of Studies in Culture and Society
V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Gênero e desigualdades na educação profissional e tecnológica: um olhar sobre as relações de trabalho

Pérsida Pereira da Silva[1]

Daniela Medeiros de Azevedo Prates[2]

Resumo

O presente texto decorre de pesquisa desenvolvida no Mestrado, cujo escopo incide em analisar relações de trabalho e gênero no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense câmpus Camaquã/RS. Adotou-se como procedimentos metodológicos a análise documental e entrevistas semiestruturadas com dez servidoras entre os anos de 2021 e 2022. Tal empreendimento ancora-se nas interlocuções dos estudos sobre gênero, em articulação com os estudos no campo da Educação Profissional e Tecnológica, permitindo problematizar o espaço da Educação Profissional no Brasil que, desde a sua gênese, constitui-se como "lugar masculino", conforme sustenta-se a partir da análise da tríade: Trabalho, por Federici (2021), Cisne (2018), Matos (2019) e Antunes (2009); Gênero, por Louro (2008); e Educação Profissional e Tecnológica por Manfredi (2017), Mendes (2020), Brilhante e Cavalcante (2020) e Otte (2008). A pesquisa permite inferir que as relações desiguais de poder estão presentes nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica e materializam-se em forma de desigualdades e opressões de gênero vivenciadas pelas servidoras nas relações de trabalho.

Palavras-Chave: Relações de Gênero; Trabalho; Educação Profissional e Tecnológica; Gênero e desigualdades; Mulheres.

1. A Educação Profissional e Tecnológica e o papel das mulheres: reabrindo o diálogo

Ao (re)abrirmos o diálogo sobre o papel das mulheres na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), partimos do reconhecimento de que, desde sua gênese, a Educação Profissional se constitui como um espaço que é atravessado por desigualdades de gênero. Entendemos que a divisão sexual do trabalho não se separa da divisão social do trabalho, em que os papéis destinados às mulheres dentro do lar e da família são atribuídos à feminilidade. Como relata Federici (2021), desde o nascimento da mulher, são atribuídas a ela as "habilidades domésticas" como dom natural. Assim, no mundo do trabalho e na Educação Profissional e Tecnológica, são reproduzidas essas marcas, naturalizando-se cargos relacionados a papéis

[1] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFSul). Técnica em Contabilidade e Coordenadora de Orçamento, Contabilidade e Finanças no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Camaquã, Rio Grande do Sul, Brasil; persidasilva@ifsul.edu.br.
[2] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente e pesquisadora em juventudes e Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Charqueadas, Rio Grande do Sul, Brasil; danielaprates@ifsul.edu.br.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

histórica e socialmente reconhecidos como femininos, bem como comportamentos esperados nas formas como ocupam esses espaços em suas desiguais relações de poder.

Para Mendes (2020), a Educação Profissional, por muito tempo, não propiciou a participação feminina, especialmente pela maior ênfase em cursos técnicos voltados para as áreas Exatas, Agrárias ou, ainda, em cursos vinculados ao trabalho braçal, envolvendo habilidades e conhecimentos designados como masculinos, como capacidade de raciocínio e força. As Ciências Exatas, na maior parte de sua história, foram empreendidas por homens e, assim, quanto mais próxima da ciência é uma profissão, mais masculina se torna.

Brilhante e Cavalcante (2020a) argumentam que a escolarização de mulheres no país foi lenta e gradual, inicialmente, restringindo-se ao acesso ao Ensino Básico em cursos voltados para o lar. Depois, houve a conquista da formação profissional em cursos ligados a atividades maternas, como Enfermagem e docência, em geral de Ensino Médio. Paulatinamente, houve o acesso a cursos com formação superior, mas a maioria voltados também às profissões tidas como femininas e, somente depois, para as profissões dominadas pelos homens, como Engenharia e Medicina. Conforme as autoras,

> Apesar de o número de mulheres com acesso à formação de nível superior ter crescido nos últimos anos, sua presença ainda é pequena nas áreas tidas como ciências <<duras>>, caso dos cursos de engenharia, ciências, matemática e computação. De acordo com Almeida e Zanlorenssi (2017), o sexo feminino é predominantemente em cursos das áreas de saúde e bem-estar social, educação, ciências sociais, humanidades e artes e esses dados se estendem não só ao Brasil, mas aos países da América Latina e da região Ibérica, conforme dados da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Os dados demonstram, portanto, que a divisão sexual de gênero na formação superior e no trabalho persiste (BRILHANTE e CAVALCANTE, 2020a, p. 102).

Manfredi (2017) permite-nos reconhecer que, no Brasil colonial, com a expansão da agroindústria açucareira e da atividade de extração de minérios, surgiram núcleos urbanos onde se estabeleceu a burocracia de Estado (administração, exército, justiça) e as atividades de comércio e serviços. Até então, as atividades de ofícios entre escravos africanos e homens livres se desenvolviam no próprio ambiente de trabalho, sem regulamentações, a partir de práticas educativas informais. A partir dessa expansão, surge a necessidade de formação para o trabalho especializado para atender a população urbana.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

Assim, no Brasil colônia, os primeiros núcleos de Educação Profissional, ou escolas-oficinas, foram estabelecidos nas residências dos padres jesuítas nos principais centros urbanos. Esses padres, espalhados em diferentes colégios do Brasil, ensinavam ofícios ligados a carpintaria, ferraria, construção de edifícios, embarcações, pintura, produção de tijolos, telhas, louças, medicamentos e tecelagem. Esses ofícios eram destinados a homens negros escravizados, indígenas e mestiços que estivessem dispostos a aprender. Para os indígenas também havia a catequese e escolas para os colonizadores, particularmente para os setores da elite.

Quando o Brasil deixou de ser colônia para se tornar sede de Reino, em 1808, foi implantado o aparelho escolar: primário, secundário e superior. Paralelamente ao sistema escolar, o Estado se empenhava em promover a força de trabalho ligada à produção, os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. A Educação Profissional, para os ofícios, era ministrada nas Academias Militares, Entidades Filantrópicas e nos Liceus de Artes e Ofícios (MANFREDI, 2017).

Quando havia demanda de mão de obra em massa, a aprendizagem compulsória era ensinada aos meninos menores, órfãos, desvalidos e excluídos da sociedade. Eles eram ensinados em locais como cais, hospitais e arsenais. Ou seja, esse ofício era socialmente útil, reforçando a dualidade entre classes sociais.

Em meados de 1840, foram fundadas casas de educandos artífices, mantidas pelo Estado, mas conservando o mesmo modelo de ensino para meninos e jovens desvalidos da sociedade (MANFREDI, 2017). Em 1858, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios com acesso para qualquer homem, não apenas para os órfãos, exceto se fosse escravo.

Em 1881, no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, foi inaugurado o primeiro curso destinado a mulheres. No entanto, havia a separação de escolas para meninos e meninas, bem como dos cursos ofertados. Assim, para os meninos eram destinados cursos como de Mecânica, Marcenaria, Pintura, Decoração e Eletricidade. Nas escolas para meninas, os cursos eram de Rendas, Bordados, Confecções, Flores e Chapéus, Pintura e Desenho Profissional (MANFREDI, 2017).

Historicamente, construiu-se destinos desiguais às mulheres no acesso à formação e à atuação profissional, o que está relacionado à forma com que são socialmente reconhecidas como intelectualmente incapazes e naturalmente aptas a exercerem funções relacionadas ao lar e ao cuidado maternal. Nessa direção, desde meninas, foram submetidas, treinadas para serem esposas, o que não necessitava de formação acadêmica. Aprender a ler e a escrever ou adquirir maior acesso ao conhecimento era visto como um perigo ao mantimento da ordem social que

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

estabelecia a essas meninas um destino voltado ao matrimônio, através de casamentos determinados pelos pais. Por isso, por um longo período de tempo, a educação foi destinada aos meninos. No que tange à Educação Profissional e à representatividade de mulheres, foi apenas quando surgiram os primeiros cursos para meninas que foram sendo necessárias professoras para esses cursos, tendo em vista que os homens ministravam aulas para os meninos e as mulheres, para as meninas.

Percebemos que essa separação na Educação Profissional entre áreas de homens e áreas de mulheres reflete na atual Educação Profissional. Essa marca ficou estruturada na sociedade brasileira, que carrega em sua história rastros dessa educação sexista.

O sistema patriarcal define as qualidades ditas femininas: dedos ágeis; paciência; resistência à monotonia; dons naturais. A própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para trabalho de homens e de mulheres (CISNE, 2018). Dessa forma, o trabalho especializado das mulheres passa despercebido, sendo vinculado às suas habilidades "naturais", o que serve de justificativa para baixos salários.

Otte (2008) fez um levantamento das mulheres que foram diretoras dos Centros Federais de Educação — CEFET de 1909 até 2008, o que resultou em apenas 16 diretoras. Esse fato atesta o perfil da Educação Profissional, que tem uma forte representatividade masculina. Otte (2008) também destaca que a presença das mulheres como docentes e técnicas administrativas se deu somente na década de 1960, cinquenta anos após o início do funcionamento das instituições que deram origem ao então CEFET. Assim, esses fatores ajudam a fazer a leitura atual da representatividade masculina na Educação Profissional e Tecnológica, que é reflexo de uma história que vem se desenhando e se modificando a "duras penas".

É nesse contexto que problematizamos as desigualdades de gênero na EPT, a partir da análise sobre relações de Trabalho e Gênero no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense câmpus Camaquã/RS. Para o exercício deste texto, apresentamos dois eixos analíticos. Partimos do reconhecimento de documentos organizacionais, de âmbito institucional, a fim de compreender as áreas que são ocupadas por homens e por mulheres no câmpus. Para esse exercício, tomamos como materialidade empírica a análise do documento "Manual para servidores ingressantes – Apresentação dos servidores/as", datado de 2021. Como segundo eixo, voltamos o olhar sobre as narrativas das servidoras através da análise de conteúdo de 10 entrevistas semiestruturadas, as quais permitem reconhecer desigualdades vivenciadas nas relações de trabalho.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

2. Relações de Trabalho e Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: estudo de documento

Mattos (2019) considera que a concepção de classe trabalhadora deve ser pensada a partir de sua diversidade, em todas as suas dimensões. Para Antunes (2009), a classe trabalhadora é representada por todos aqueles que vendem sua força de trabalho e incorpora a totalidade do trabalho coletivo assalariado, ou seja, todos aqueles que não são os gestores do capital compõem a classe trabalhadora. Mattos (2019) reconhece a visão de Antunes (2019) sobre a classe trabalhadora:

> [...] uma noção ampliada dessa classe, incluindo "a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos", mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além do proletariado rural, "o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado do McDonald's [...], os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas [...], os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural (MATTOS, 2019, p. 110).

Em um mundo capitalista, toda a classe trabalhadora – homens e mulheres – enfrenta dificuldades, mas as mulheres são as mais vulneráveis com a precarização do trabalho, pois são as que mais vivem na informalidade ou sem direitos trabalhistas garantidos. Mattos (2019) aponta para os dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, os quais indicavam que os rendimentos do trabalho feminino representavam 76,1% do valor recebido pelos homens, e a taxa de desocupação das mulheres era de 11%, enquanto a dos homens era de 7,9%. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) aponta que, em 2019, os rendimentos do trabalho feminino representavam 77,7% do rendimento dos homens e a taxa de participação na força de trabalho em 2019 das mulheres com 15 anos ou mais era de 54,5% contra 73,7% dos homens. Assim, para Cisne (2015), negar as dimensões de sexo no trabalho é negar a realidade do trabalhador.

Antunes (2009) relata que há um aumento significativo do trabalho feminino em diversos países, mas que tem se observado que esse trabalho vem sendo absorvido pelo capital,

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

ou seja, é precarizado e desregulamentado, além de que seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele realizado por homens. Nas áreas mais valorizadas, em que se exige conhecimento técnico, a presença masculina é predominante, enquanto em áreas que envolvem mais trabalho manual, a presença de mulheres é mais perceptível, ou seja, o trabalhador é explorado, mas a exploração do trabalho feminino é mais intensificada (ANTUNES, 2009, p. 105):

> Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

Podemos observar que a mulher trabalhadora tem dupla jornada, dentro e fora da fábrica, ou seja, é duplamente explorada pelo capital: no universo fabril e no universo da vida privada, consumindo horas de trabalho doméstico, para a manutenção da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si mesma (ANTUNES, 2009).

Para Biroli (2017), o fato de a industrialização ter transferido parte da produção que era realizada no espaço doméstico para as fábricas deixou uma lacuna de responsabilização desigual entre homens e mulheres, pois houve uma separação entre casa e trabalho fora de casa, sendo esse último considerado o trabalho produtivo. No entanto, surgiu um problema incontornável: os serviços domésticos, que recaíram sobre os braços das mulheres em benefício dos homens. Dessa forma, começou a se justificar melhores salários para os homens porque precisavam sustentar a casa enquanto as mulheres desempenhavam serviços domésticos. Porém, quando esses mesmos serviços domésticos (preparação de alimentos, lavagem de roupas, cuidado de crianças) eram prestados fora de uma relação de casamento, ou seja, quando eram realizados fora de casa para atender outras pessoas que não o marido e os filhos, passavam a ter um mero valor econômico.

Assim, as mulheres que estão em um relacionamento sofrem exploração diretamente do marido, enquanto as divorciadas e solteiras não sofrem esse tipo de exploração, mas sofrem o reflexo da mesma, pois acabam recebendo menores salários do que os homens mesmo sustentando a casa (o que justificava os melhores salários para os homens).

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Nesse sentido, diante das desigualdades no mundo do trabalho, onde se percebe que a mulher está mais prejudicada do que o homem na classe trabalhadora e mais explorada do que o homem, pois para além da dupla jornada de trabalho, ocupa cargos e funções que são menos valorizados e com menores salários, traremos o estudo de um documento onde apontamos os cargos e áreas ocupados por mulheres e os cargos e áreas ocupados por homens na nossa investigação.

Consideramos producente tomar como *corpus* para a análise o documento intitulado "Manual para servidores ingressantes – Apresentação de servidores/as", datado de 2021, disponibilizado no site do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul – câmpus Camaquã e atualizado periodicamente. O documento define tanto servidores do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) quanto servidores do Departamento de Administração e Planejamento (DEAP) do IFSul – câmpus Camaquã e contém 13 páginas.

A partir da análise desse documento, foi observado que o referido câmpus possui 80 servidores e servidoras, sendo 52 docentes e 28 Técnicos Administrativos em Educação. Esse perfil é datado de 2021, conforme a data do documento.

É importante ressaltar que esse documento produzido no IFSul – câmpus Camaquã originalmente não possui tratamento analítico, é a partir dos propósitos da investigação que passa a ser objeto de análise.

Quadro 1 - Docentes por Área do Conhecimento.

Áreas de conhecimento	**Mulheres**	**Homens**
Linguagens e suas tecnologias	5	3
Matemática e suas tecnologias	2	2
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	4	4
Ciências da Natureza e suas tecnologias	1	5
Disciplinas Área Técnica	5	21

Fonte: Elaborado pela autora

Identificamos que, dentre os docentes, a força de trabalho masculina é predominante. Nas áreas do conhecimento que abrangem Linguagens e suas Tecnologias, a presença das

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

mulheres é mais evidente, enquanto a força de trabalho masculina se concentra nas disciplinas das Ciências da Natureza e suas Tecnologias e da Área Técnica.

Traremos agora a análise de dados dos servidores e servidoras Técnicos/as Administrativos/as em Educação.

Quadro 2 - Técnicos/as Administrativos/as em Educação por cargo.

Cargo	Mulheres	Homens
Administrador/a		1
Assistente Social	1	
Assistente de alunos	1	
Auxiliar de Biblioteca	1	
Assistente em Administração	7	5
Bibliotecário/a	2	
Contador/a		1
Pedagogo/a	1	
Técnico/a em Enfermagem	1	
Técnico/a em Tecnologia da Informação		2
Técnico/a em Assuntos Educacionais	1	1
Técnico/a em Contabilidade	1	
Técnico/a em Laboratório Ciências da Natureza		1
Tecnólogo/a em Redes para Computadores		1

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando-se o quadro dos servidores/as técnicos/as administrativos/as, percebemos que os cargos nas áreas como Enfermagem, Assistência Social, Assistência de alunos e Pedagogia, que são funções relacionadas a cuidados, são preenchidos por mulheres. Dentre os Servidores/as Técnicos/as Administrativos/as em Educação, percebe-se que existe um quantitativo levemente maior de força de trabalho feminina.

Numa análise geral, percebemos que o quantitativo de mulheres é menor em relação ao de homens em funções ligadas à Eletrônica e à Informática (áreas tidas pelo senso comum como

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

sendo masculinas), independentemente da carreira, seja de docente ou de técnico administrativo. Assim, "Como explicar a persistente divisão sexual do trabalho, que não apenas diferencia trabalho feminino do masculino, mas gera desigualdade entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe?" (CISNE, 2015, p. 24).

Conforme Brilhante e Cavalcante (2020b), a presença de mulheres na Educação Profissional é relativamente recente e segmentada, com áreas ainda definidas como masculinas e femininas. Segundo as autoras, a presença de mulheres se constitui fortemente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, e se reduz a quase nada nas áreas de Tecnologias e Ciências Exatas. As mulheres, segundo ela, dominam o campo de saúde e bem-estar e isso implica diferentes patamares salariais para homens e mulheres.

No próximo eixo, traremos os achados da pesquisa semiestruturada com as percepções das servidoras em relação à divisão sexual do trabalho no que concerne ao cuidado e as responsabilidades atribuídos ao gênero, em relação à família e à maternidade e em relação à atuação política (lugar de fala) das servidoras.

3. Relações de Trabalho e Gênero na Educação Profissional e Tecnológica: estudo de relatos

A palavra gênero, de acordo com Louro (1997), vem para rejeitar o determinismo biológico e para reforçar o caráter social e histórico construído sobre as características biológicas. Nesse sentido, Louro (2008) argumenta que, hoje, os modos de compreender, sentir e viver os gêneros são vários, mas, ao longo da história, por instâncias culturais e religiosas, todas as formas de construção da existência que iam além da identificação do sexo dada ao nascer eram consideradas "sexualidades desviantes". Assim,

> É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997, p. 21).

Nesse sentido, entendemos que o gênero é construído ao longo da vida de uma pessoa e não se dá no nascimento, a partir da nomeação do corpo como masculino ou feminino. Portanto,

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

"a mulher" se constitui de múltiplos femininos, cada um com suas vivências, pontos de partida, lugar de fala, experiências culturais e sociais. Sendo assim, cada mulher carrega sua própria história, constrói novas formas de relacionamento e estilos de vida e novas formas de constituição de família, vislumbrando novas tecnologias reprodutivas, ultrapassando fronteiras (LOURO, 2008).

Cisne (2015) relata que as questões sociais sobre o trabalho e a divisão de classes também incluem a "raça", ou seja, classe, gênero e raça[3] estão interligados. Dentro da classe trabalhadora, a mulher sofre historicamente a inferiorização em relação ao homem e, dentre as mulheres, as negras sofrem mais ainda a precarização no trabalho, ocupando postos de menor destaque e qualificação profissional, ou seja, as mulheres brancas ganham salários menores do que os homens brancos, mas superiores aos das mulheres e homens negros[4]: há uma hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe (CISNE, 2015). A mulher negra, lésbica e pobre possui ainda menos privilégios.

Assim, existem essas desigualdades que impactam diretamente no mundo do trabalho, deixando pessoas mais sujeitas ainda ao trabalho precarizado. Portanto, Cisne (2015) nos remete à ideia de que a organização econômica da sociedade não pode ser pautada somente na produção, mas em como se organiza em relação à composição de quem produz, atentando para as relações sociais relacionadas à produção. Como descrevemos na perspectiva histórica da Educação Profissional no Brasil, ela é impactada também pela desigualdade de gênero. Por isso, traremos as percepções das servidoras entrevistadas como sujeitos de direito que desejam romper com a naturalização da subserviência que lhes é socialmente imposta.

Para Cisne (2018, p. 101), a divisão sexual do trabalho não pode ser analisada apenas no mundo do trabalho, mas no mundo da política, da família e de suas extensões:

> A importância em se perceber a relação da divisão sexual do trabalho no espaço da casa e da fábrica está em compreender que essa divisão é determinada por um único sistema que integra esses universos de forma a se

[3] O termo "raça" evidencia um passado, um contexto e historiciza a luta mesmo nos dias de hoje. Ainda assim, faz-se necessário ter em mente as críticas a essa abordagem que, sem o cuidado devido, levaria a acreditar a possibilidade de subespécies humanas (SILVA e SOARES, 2011).

[4] As análises produzidas pelo IBGE concentram-se em apontar as desigualdades entre as pessoas de cor ou raça branca e as pretas ou pardas porque há baixa representação das populações indígenas e amarelas no total da população brasileira quando se usam dados amostrais.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

apropriar das "qualidades" ditas femininas, para ampliação dos lucros das fábricas.

A partir da análise de Federici (2021), podemos entender que, no que concerne às mulheres, o trabalho parece ser uma assistência pessoal alheia ao capital, ou seja, a ausência do salário perpassa a vida das trabalhadoras. Não é que elas não recebam um salário, é que elas não recebem o pagamento por todas as atividades que desenvolvem no cotidiano. As tarefas da casa e o cuidado com os filhos, por exemplo, não estão embutidos no salário da mulher trabalhadora, sendo que esse trabalho é necessário para a reprodução da força e do trabalho da família, fora de casa. Assim, percebemos a divisão social do trabalho. Federici (2021) entende que essa divisão do trabalho na família faz com que, muitas vezes, as mulheres se tornem dependentes economicamente dos homens, pois é difícil ver um homem solicitar escalas especiais no trabalho para que possa desenvolver de forma proporcional à mulher o cuidado com as crianças.

Percebemos, nesse sentido, a dificuldade das servidoras da EPT entrevistadas de exercer sua carreira profissional tendo em vista que, na maioria das vezes, recai sobre elas o cuidado da casa e dos filhos, mas também precisam cumprir horário e suas funções integrais no trabalho, conforme apresentamos em suas narrativas.

Quadro 3 - Relatos de entrevistas.

Eu vejo também assim, ainda mais nós, mulheres, que trabalhamos, temos filhos, hoje a jornada é outra, o contexto é outro, o contexto de vida é outro, né? E eu vi assim, como nos cobram, principalmente naquele retorno da maternidade, né? (Lua)
As pessoas esquecem que eu sou mãe, ou parece que algumas coisas não justificam, eu não acho que eu rendo menos, eu precisei de um tempo de adaptação [...] (Lisa)
só que eu não estou conseguindo dar conta de como eu gostaria de fazer [...]. Eu preciso dar conta de uma menina de [...] e um menino de [...] (Ana)
Vejo por mim, logo que eu tive filhos, depois que eu me formei, então, de uma certa forma, naquela época, [...], pensei assim: não, não vou buscar agora, porque eu tive um filho pequeno agora, então vou cuidar, vou ficar um tempo, ficou só o marido trabalhando, e eu fiquei em casa, sendo mãe [...] (Luta)
Era complicado às vezes até eu vir na reunião porque era um momento que não tinha ninguém pra me cobrir, não tinha ninguém para ficar em casa [...] e daí foi dito pra gente que não podia trazer criança. (Angelina)
[...] tu tem que te virar nos trinta. Se eu fosse homem seria mais fácil. (Frida)

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Eu já ouvi também dentro do nosso local de trabalho, dentro do câmpus, que fulana seria uma excelente coordenadora, mas ela tem filhos pequenos. (Mana)
[...] não que atrapalha no desempenho, mas a gente tem mais coisas para ver. A gente tem mais coisas, então acredito que se nós fôssemos um setor privado teria uma discriminação bem maior. (Loira)
A carga da mulher na família é mais pesada que a do homem, sempre vai ser. (Joana)
[...] mas ela não tem filho, e ainda todo mundo diz, ah, mas é bom porque ela não tem filho. (Luisa)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Assim, percebemos pelas narrativas das servidoras que não existe uma escala especial para quem tem filhos, ou alguma tolerância, ou seja, se percebe que em algum momento, por causa das demandas com filhos e filhas, as servidoras precisam abdicar de cargos como coordenações, por exemplo, um fator que pode corresponder à ausência de mulheres em cargos de chefias na perspectiva da EPT. Entendemos que no serviço público não há políticas sociais nesse sentido, no entanto, é nosso objetivo problematizar as desigualdades de gênero na EPT. "Quem pode dizer quem somos? Tudo o que descobrimos, até agora, é quem não somos, à medida que nos fortalecemos para romper com a identidade que nos é imposta" (FEDERICI, 2021, p. 35).

Para Federici (2021), os contratantes sabem que as mulheres estão "acostumadas" a trabalhar "a troco de nada". O trabalho realizado no lar que recai sobre as mulheres, segundo a autora, reforça isso como algo natural, como feminilidade, que nos afeta em todos os lugares por onde vamos e em tudo o que fazemos. Carregamos para qualquer emprego que ocupamos essa identidade de "habilidades domésticas" adquiridas desde quando nos tornamos mulheres. Assim, somos vistas como aquelas que sabem fazer como ninguém mais serviços femininos. E, em contrapartida, somos desvalorizadas como incapazes de executar certas atividades, cargos e funções culturalmente entendidas como funções de homens, pois não estão ligadas ao cuidado atribuído às feminilidades. Nesse sentido, as nossas entrevistadas, através de seus relatos, nos fazem perceber a divisão sexista do trabalho dentro do câmpus:

Quadro 4 - Relatos de Entrevistas.

No setor que a gente lida assim, não com ordem, mas com pedidos, com solicitações né, que é os terceirizados, eu noto que assim, a gente pede, a gente que é mulher pede para eles, é um jeito e se o [...] pede, eu acho que é outro. Eu já percebi isso. (Frida)

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

Mesmo percebendo que o homem não sabia muito mais do que eu [daquele serviço]: mas assim, esta parte é do homem [me disseram]. (Mana)
Mas eu sinto isso sim em relação ao câmpus. Que tem essa diferença, que tem serviços de mulher e serviços de homem. (Mana)
[...] eu senti que quando eu assumi a coordenação do setor eu senti uma certa insegurança assim por parte de outras pessoas, assim, alheias ao setor. Isso eu senti. (Joana).
[dois colegas homens] Estavam dialogando sobre, hoje em dia a sociedade está muito diferente, pejorativamente, e isso se devia justamente por as mulheres terem ido pro mercado de trabalho. (Lisa)
Eu vejo, às vezes, alguns alunos têm essa imagem assim, ah, o professor fulano que xingou, que brigou? Não tinha problema. Se é professora... Ah, talvez tenha um olhar maternal sobre isso, não sei dizer. (Lua)

Fonte: Elaborado pela autora

A lembrança do que acontece na família no sentido de que o amor e o cuidado vêm da mulher permanece conosco e é reproduzida no ambiente de trabalho e não escapa à Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista os relatos, até mesmo na relação aluno-professora. Ou seja, é um efeito devastador que implica na subserviência socialmente imposta. Para Federici (2021), essa essência da feminilização na esfera da família leva as pessoas a admirarem uma ideologia em que esse lugar de amor e cuidado das mulheres à família é "o que mantém viva a alma", "nos mantém aquecidos em tempos difíceis". No entanto, segundo a autora, essa ideologia é útil à escravização da mulher dentro de casa, e essa, por não ser assalariada, sempre pareceu um ato de amor. Mas,

> [...] nos parece que se, em vez de confiar no amor e no cuidado, nossas mães tivessem recebido uma remuneração financeira, elas teriam sido bem menos amargas, menos dependentes, menos chantageadas e menos chantagistas com suas crianças, que eram constantemente recordadas dos sacrifícios maternos feitos em nome delas (FEDERICI, 2021, p. 36).

Assim, nos recusamos como mulheres a alimentar essa ideologia do que é papel de mulher e do que é papel de homem. Sabemos, então, que o trabalho não acontece só a partir do momento em que batemos o ponto e começamos a executar nossas funções no trabalho formal. A nossa jornada de trabalho é na esfera reprodutiva e produtiva. Aquilo que às vezes é tido como tempo de lazer nas nossas vidas sabemos que é o trabalho não remunerado que realizamos neste tempo para nós mesmas e para nossas famílias. "Em nosso caso, tentar educar os homens sempre significou que nossa luta foi privatizada e travada na solidão de nossas cozinhas e

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

nossos quartos. Ali, não pudemos encontrar a força para enfrentar o capital" (FEDERICI, 2021, p. 39).

Para Cisne (2018, p. 261), "a divisão sexual do trabalho articulada à ideologia de uma suposta natureza feminina complexifica as dificuldades para as mulheres romperem com essas amarras da alienação". Para Federici (2021), nosso trabalho precisa ser precificado, o capital precisa pagar pela imensa quantidade de serviços sociais que poupa atualmente colocando-o sobre nossas costas. Ou seja, segundo a autora, nosso serviço na esfera do lar não pode ser aceito como um destino biológico, de que não é o salário que sempre pagou por ele e sim o amor:

> Até o momento, homens e mulheres da classe trabalhadora tiveram sua jornada definida pelo capital — pela batida do ponto na entrada e na saída. Isso definiu o tempo em que pertencemos ao capital e o tempo em que pertencemos a nós. Mas nunca pertencemos a nós. Sempre pertencemos ao capital, a cada instante da vida. É hora de forçarmos o capital a pagar por todos esses instantes (FEDERICI, 2021, p. 41-42).

Nesse sentido, esses instantes, em que parece que pertencemos a nós e que na verdade é o tempo em que prestamos um serviço social em nome do amor, deveriam ser considerados na composição da nossa remuneração, para que pudéssemos dispor de máquinas, equipamentos e utensílios para a realização desses serviços. Para Federici (2021), nosso propósito é ter um preço muito mais alto no mercado, para o trabalho do lar, da fábrica, do escritório.

Para Cisne (2018), essa naturalização da mulher que a aprisiona a uma suposta biologia determinista da forma de ser e agir femininos precisa ser problematizada. Precisamos compreender, enquanto mulheres, que não nascemos submissas e passivas, mas incorporamos essa ideologia que expressa os interesses dominantes, ou seja, a vida das mulheres não pode ficar resumida à apropriação pelo homem do seu corpo e da sua vida para o benefício social dele.

Assim, gênero continua sendo referência para relações de poder, quando é atribuída às mulheres a perfeição naquilo que desempenham e, ao homem, não é imposta a mesma perfeição. Traremos alguns relatos de servidoras que podem confirmar o tratamento diferenciado a homens e mulheres, no IFSul câmpus Camaquã.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Quadro 5 - Relatos de entrevistas.

[...] parece que eles não estão tão empenhados quanto a gente, né? Acaba tu ficando sobrecarregada porque tu quer ajudar as outras mulheres que estão naquela situação ali de chefia, isso pesa. (Angelina)
Até porque pensam: o homem é imperfeito, mas a mulher é perfeita, então ela vai lá e arruma aqui e lá [...]. (Angelina)
Eu vejo muito dessa questão assim, ok, o homem foi lá e entregou atrasado e ok. Fez em meia horinha ali. [...] Eu pesquisei um mês né, tu tá aprendendo. Mesmo sendo um trabalho que deu mais trabalho e que eu sou novata e que isso não é muito levado em consideração, mesmo que meu trabalho tenha ficado, eu sei que ficou, bem melhor que o do colega. (Mana)

Fonte: Elaborado pela Autora.

Dessa forma, fica bem visível o que é esperado de uma mulher e o que se espera de um homem, a reprodução do modelo em que a mulher faz tudo com amor e perfeição, mas aos homens isso não é incumbido, pelo pressuposto de serem homens. Sabemos, no entanto, que essa visão exposta por nós poderá ser vista como suspeita de dividir a classe trabalhadora ou incitar a destruição da família. Porém, o que estamos enfatizando é que a reprodução dos papéis de mulher e de homem são responsáveis por perpetuar o machismo, a opressão e as desigualdades de gênero no ambiente de trabalho para onde dirigimos nosso olhar, seja na divisão do trabalho, seja no olhar do/a estudante para com a professora.

Ainda precisamos perceber se essas mulheres servidoras estão tendo voz, sendo ouvidas, no espaço da EPT:

Quadro 6 - Relatos de entrevistas.

Se eu falo uma vez só parece que às vezes aquela ideia se perde, tem que estar sinalizando, sinalizando, sinalizando, porque parece que entre os colegas homens, se um colega falando a mesma coisa, tem uma relevância maior. (Lisa)
Eu estou com três homens, um chefe do outro, do outro, do outro, e eu sou a última na lista. Então eu não me sinto com voz pra botar minha opinião. (Mana)
E vê todo aquele hormônio masculino ali, a gente chega a sentir assim, o peso, se tu vai falar, parece que não tem eco o que tu fala assim. (Luisa)
Acho que o mais comum é essa, assim, de a gente falar uma coisa e um colega repetir a mesma coisa que tu falou né, nem sempre na mesma reunião, mas se apropriar, essa apropriação assim. (Angelina)
Tô começando a observar mais através das reuniões, dos momentos de socialização aqui mesmo no câmpus algumas vozes que procuram se colocar mais do que outras. (Luta)
Eu vejo quando a gente se diverge, os professores em alguma discussão, às vezes os homens tem a mania de alterar, aumentar o tom de voz, e assim, às vezes pode soar um pouco ameaçador, amedrontador, isso, né. (Lisa)
Em reuniões, né, às vezes a gente dá a mesma sugestão e a de outro colega é acolhida, de outo colega homem, né. E sendo que tu deu a mesma sugestão anterior, né. Ah, conforme fulano disse, agora nós vamos fazer, né. (Ana)

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Fonte: Elaborado pela Autora.

Podemos perceber que as vozes das servidoras estão sendo silenciadas. São dilemas sociais que envolvem a trajetória histórica da Educação Profissional como um lugar masculino, reflexo da sociedade patriarcal. No entanto, observamos também a percepção dessas mulheres como sujeito de suas vidas, não normalizando esse silenciamento. Poderiam não ter participado da entrevista, mas optaram por falar, exercendo um ato político.

De acordo com Rufino e Müller (2021), o silenciamento feminino na esfera pública é consolidado na cultura ocidental desde a Antiguidade Clássica. Assim, segundo as autoras, uma mulher só podia manifestar sua voz quando estivesse entre a vida e a morte, não podendo discursar publicamente em nome de uma comunidade ou de um homem. Essa característica de falar em público definia a masculinidade. Assim, as autoras relatam que essa forma de silenciamento das mulheres, tanto em casa quanto na vida pública, consiste na violência sutil. A violência não é restrita apenas à agressão verbal ou física, mas na supressão da voz.

No mesmo sentido, Solnit (2017) dialoga sobre o silenciamento específico para as mulheres, em que ter voz, poder falar, ser ouvido e acreditado é essencial para ser participante, ser uma pessoa com poder, com reconhecimento, chamando a atenção para o fato de que se reconheça que o silêncio é condição universal da opressão. A autora relata que há maneiras específicas de silenciar pessoas específicas e que há uma cultura que esvazia o lugar de fala das mulheres, deixando claro que as vozes dos homens contam mais do que as delas. As mulheres foram silenciadas na casa de Deus, foram silenciadas no tribunal, foram excluídas dos cursos de Graduação. A violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra as vozes delas. A fala, a palavra, a voz muda as coisas: trazem inclusão, reconhecimento; a (re)humanização que anula a desumanização. Quando as palavras rompem o indizível, o que era tolerado numa sociedade às vezes passa a ser intolerável (SOLNIT, 2017).

Para Saffioti (1987), por via de regra, a agressividade integra o modelo do *macho*: de tomar iniciativas, assumir sempre uma posição ofensiva, ser duro, ser firme. Já à mulher impõe-se a necessidade de inibir qualquer tendência agressiva, pelo contrário, deve ser dócil, passiva. Caso ela seja uma mulher "despachada", corre o risco de ser tomada como "mulher macho". Ou seja, a mulher deve sempre ficar na sombra do homem.

Por isso, anulando-se as vozes, anula-se tudo: o direito de se manifestar, concordar, discordar, participar (RUFINO e MÜLLER, 2021). Nesse sentido, percebemos o quanto a influência dos papéis masculinos e femininos afetam o mundo do trabalho. Essa reprodução, como já dissemos, nos persegue enquanto mulheres, por onde quer que formos ou onde quer

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

que trabalhemos. Assim, a esfera pública e a esfera privada da vida são indissociáveis e nos parece que essas barreiras estruturais de dominação masculina não serão quebradas sem resistência. Como relata Cisne (2018), a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Entendida como relação social, segundo a autora, é histórica e sujeita a transformações. No entanto, através dos anos, e através do histórico da Educação Profissional, se percebe que a subordinação da mulher, para onde quer que se olhe, tem sido o ponto comum das experiências de trabalho relatadas por mulheres. Por fim, a luta das mulheres diz respeito também aos homens; de modo geral, a supremacia masculina perpassa todos os espaços sociais e, consequentemente, a mulher é invisibilizada.

4. Considerações finais

Nas relações de trabalho nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica, materializa-se a desigualdade de gênero, vivenciada por servidoras. Como analisado em nosso estudo, áreas técnicas dos cursos ditos masculinos e nos cargos percebidos pela sociedade como masculinos, a presença de mulheres é mínima. Pelas análises da pesquisa semiestruturada, percebe-se que a corrida para alavancar e se dedicar à vida acadêmica e profissional não é a mesma para homens e mulheres na Educação Profissional e Tecnológica; ficou evidente que as mulheres, principalmente aquelas com filhos, têm muito mais barreiras para chegar ao mesmo lugar que um colega homem chega.

Assim, gênero continua sendo referência quando se trata de cuidados e responsabilidades, pois é atribuída às mulheres a perfeição naquilo que desempenham e, ao homem, não é imposta a mesma perfeição. Gênero também é referência quando se trata de cargos ocupados por mulheres e que são menos remunerados. As funções que são ligadas ao trabalho reprodutivo continuam representando as mulheres e as ligadas ao trabalho produtivo representam os homens, e essa constatação perpassa os espaços da Educação Profissional e Tecnológica, lugar que historicamente se concebeu como um lugar de homens. Desse modo, constatou-se, pelos relatos das participantes, que as estruturas patriarcais que estão presentes na sociedade brasileira continuam perpetuadas na Educação Profissional e Tecnológica.

Enfim, todas vivem umas para as outras e, assim, a leitura dos problemas de hoje pode ser a construção de um amanhã melhor: estudos e registros sobre as percepções das mulheres são importantes e necessários, em qualquer lugar do mundo. As trabalhadoras da Educação Profissional e Tecnológica são cidadãs e, como tal, suas relações com o trabalho perpassam as

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

atividades laborais e dizem respeito a como se posicionam no mundo, como participam politicamente como cidadãs pertencentes a um país, reivindicando seus direitos, apontando onde as relações de trabalho podem ser melhoradas, pois o local de trabalho não deve ser um lugar penoso, mas um lugar onde a trabalhadora possa se sentir realizada: as relações sociais não se separam das relações de produção.

Por fim, a Educação Profissional e Tecnológica é um lugar historicamente marcado pela presença masculina e onde se percebe as marcas do patriarcado. Mesmo sendo um importante espaço de educação capaz de colocar em xeque relações desiguais, a baixa representatividade das mulheres é uma das marcas que se visibiliza não apenas entre servidoras, mas no próprio ingresso, permanência e conclusão de jovens meninas em cursos historicamente reconhecidos como masculinos.

Referências

ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRILHANTE, S. E. T.; CAVALCANTE, I. F. Reflexões sobre os dados educacionais do Brasil: formação superior entre os gêneros. In: Avelino de Lima Neto…[et .al.]. (Org.). *Sexo, sexualidade e gênero na Educação Profissional no Brasil e na França: estudos exploratórios.* Natal: IFRN, 2020a, p. 91-102.

BRILHANTE, S. E. T.; CAVALCANTE, I. F. Mulheres no ensino de química: questões de gênero no discurso de professoras do IFRN. *História Revista*, v. 25, n. 2, pp. 331-349, 2020b.

CISNE, M. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2015

CISNE, M. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2018

FEDERICI, S. *O Patriarcado do Salário*. São Paulo: Boitempo, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Censos 2019.* Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LOURO, G. L. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pró-Posições*, v. 19, n. 2, pp. 17-23, 2008.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

MATTOS, M. B. *A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENDES, M. L. *A participação das mulheres na gestão do Instituto Federal Goiano campus Urataí: uma perspectiva histórica (1953-2019).* [Dissertação de Mestrado]. Morrinhos: IFG, 2020.

OTTE, J. *Trajetória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes: um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica*. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: UnB, 2008.

RUFINO, M. T.; MÜLLER, M. K. Swallow: o silenciamento da mulher, a usurpação de sua autonomia e o resgate de si mesma. *Revista de pesquisa e prática em psicologia*, v. 1, n. 4, pp. 930-958, 2021.

SAFIOTI, H. I. B. *O poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SILVA, M. A. L.; SOARES, R. L. S. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. *Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, v. 1, n. 4, pp. 99-115, 2011.

SOLNIT, R. *A mãe de todas as perguntas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GENDER AND INEQUALITIES IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A LOOK AT LABOR RELATIONS

Abstract

This text stems from research developed in the Master's Degree, whose scope focuses on analyzing labor and gender relations at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul campus Camaquã/RS. Document analysis and semi-structured interviews with ten civil servants between 2021 and 2022 were adopted as methodological procedures. This enterprise is anchored in the interlocutions of gender studies, in articulation with studies in the field of Professional and Technological Education, allowing us to problematize the space of Professional Education in Brazil, which, since its genesis, has been constituted as a "masculine place", as sustained from the analysis of the triad: Work, by Federici (2021), Cisne (2018), Matos (2019) and Antunes (2009); Gender, by Louro (2008); and Professional and Technological Education by Manfredi (2017), Mendes (2020), Brilhante and Cavalcante (2020) and Otte (2008). The research allows us to infer that unequal power relations are

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

V. 11, ed. especial, mar., 2025, artigo nº 2648 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

present in the spaces of Professional and Technological Education and materialize in the form of gender inequalities and oppression experienced by female servants in labor relations.

Key words: Gender Relations; Work; Professional and Technological Education; Gender and inequalities; Women.

GÉNERO Y DESIGUALDADES EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: UNA MIRADA A LAS RELACIONES LABORALES

Resumen

Este texto surge de una investigación desarrollada en la Maestría, cuyo alcance se centra en el análisis de las relaciones laborales y de género en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Sul campus Camaquã/RS. Se adoptaron como procedimientos metodológicos el análisis documental y las entrevistas semiestructuradas a diez funcionarios públicos entre 2021 y 2022. Este emprendimiento se ancla en las interlocuciones de los estudios de género, en articulación con los estudios en el campo de la Educación Profesional y Tecnológica, lo que permite problematizar el espacio de la Educación Profesional en Brasil, que, desde su génesis, se ha constituido como un "lugar masculino", como se sostiene desde el análisis de la tríada: Trabajo, de Federici (2021), Cisne (2018), Matos (2019) y Antunes (2009); Género, de Louro (2008); y Educación Profesional y Tecnológica por Manfredi (2017), Mendes (2020), Brilhante y Cavalcante (2020) y Otte (2008). La investigación permite inferir que las relaciones desiguales de poder están presentes en los espacios de Educación Profesional y Tecnológica y se materializan en forma de desigualdades de género y opresión que experimentan las sirvientas en las relaciones laborales.

Palabras clave: Relaciones de Género; Trabajo; Educación Profesional y Tecnológica; Género y desigualdades; Mujeres.

GENRE ET INÉGALITÉS DANS L'ENSEIGNEMENT PROFESSIONNEL ET TECHNOLOGIQUE : UN REGARD SUR LES RELATIONS DE TRAVAIL

Résumé

Ce texte est issu d'une recherche développée dans le cadre du Master, dont le champ d'action se concentre sur l'analyse des relations de travail et de genre à l'Institut fédéral d'éducation, de science et de technologie du Rio Grande do Sul campus Camaquã/RS. L'analyse de documents et les entretiens semi-directifs auprès d'une dizaine de fonctionnaires entre 2021 et 2022 ont été adoptés comme procédures méthodologiques. Cette entreprise s'ancre dans les interlocutions des études de genre, en articulation avec les études dans le domaine de l'éducation professionnelle et technologique, nous permettant de problématiser l'espace de l'éducation professionnelle au Brésil, qui, depuis sa genèse, s'est constitué comme un « lieu masculin », comme le soutient l'analyse de la triade : Travail, de Federici (2021), Cisne (2018), Matos (2019) et Antunes (2009) ; Gender, de Louro (2008) ; et Professional and Technological Education de Manfredi (2017), Mendes (2020), Brilhante et Cavalcante (2020) et Otte (2008). La recherche nous permet de déduire que des relations de pouvoir inégales sont présentes dans les

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025

espaces de l'éducation professionnelle et technologique et se matérialisent sous la forme d'inégalités de genre et d'oppression vécues par les servantes dans les relations de travail.

Mots clés : Relations entre les sexes ; Travail; l'enseignement professionnel et technologique ; Genre et inégalités ; Femme.

Histórico do artigo:
Submetido em: 26/01/2025 – Aceito em: 12/04/2025